



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

JULGAMENTOS, FALAS E POSTURAS CONSERVADORAS E FUNDAMENTALISTAS RELIGIOSAS COLABORAM PARA A PROMOÇÃO DA EXCLUSÃO NO INTERIOR DAS ESCOLAS

Priscila Vasconcellos Braga¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo sinalizar os prejuízos causados pelos julgamentos religiosos fundamentalistas e conservadores de profissionais educacionais dentro das escolas, promovendo a exclusão de estudantes com orientação sexual ou identidade de gênero que fujam à norma padrão estabelecida como correta pela sociedade. No desenvolvimento do trabalho, foi utilizado o Paradigma Indiciário de Carlo Ginzburg (1989), além de referências de autores como Sepulveda e Sepulveda (2017), Sepulveda e Almeida (2016), Ferraro e Ross (2017) e Macedo (2019). As fontes orais foram apreendidas pela autora do texto através de falas de profissionais da educação, em uma rede municipal de ensino do estado do Rio de Janeiro. Como considerações finais conclui-se que é preciso combater pequenas manifestações preconceituosas, pois elas indicam o que está escondido por trás do pano de uma aparente, mas falsa, tolerância.

Palavras Chaves: Conservadorismo, Exclusão, Gêneros, Sexualidades.

INTRODUÇÃO

O texto tem como objetivo principal demonstrar como as falas e posturas dos/as profissionais educacionais revelam muito mais os seus preconceitos do que reforçam as suas fracassadas tentativas de aparentar uma pseudotolerância, principalmente ao público LGBT² e às mulheres, a partir de pistas, indícios e sinais que aparecem em atitudes,

¹ Mestranda do Curso de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores (UERJ/FFP), Programa de Pós-Graduação em Educação, Processos Formativos e Desigualdades Sociais. Graduada no Curso de Pedagogia da UERJ. priscila.vbraga@yahoo.com.br.

² O texto se baseou nas noções definidas no Glossário Gêneros e Sexualidades, Noções, Símbolos e Datas, de Sepulveda, Corrêa e Freire (2021). De acordo com as/o autoras/o, LGBT é a sigla que tem como principal característica promover a diferença cultural com base nas questões de identidade sexual e de gênero, possuindo algumas variantes, que surgiram durante os anos. No texto utilizaremos a sigla LGBT, que é a sigla oficial, designada para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Transexuais.



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

comentários e julgamentos do dia-a-dia apresentando a LGBTfobia³, a misoginia⁴ e o sexismo/machismo⁵ nas personalidades desses/as educadores/as, comprometendo o respeito a todas as pessoas que estão inseridas nas instituições de ensino, excluindo, silenciando, humilhando e desumanizando muitos/as estudantes.

O artigo ainda pretende sinalizar como o conservadorismo e o fundamentalismo religioso colaboram para a exclusão de estudantes no interior das escolas, promovendo a marginalização daqueles/as que não se enquadram aos padrões impostos como adequados e corretos pela sociedade patriarcal.

As situações apresentadas para demonstrar o preconceito nas abordagens de profissionais a alunos/as e outras pessoas envolvidas nos ambientes escolares foram embasadas no Paradigma Indiciário de Carlo Ginzburg (1989) e, assim como Sepulveda e Almeida (2016) enfatizam, o presente estudo, a partir da pesquisa que venho tecendo, tem um “compromisso com os sujeitos excluídos”, ecoando a fala das autoras que ainda afirmam que “o que importa são as pessoas e que as estatísticas não permitiriam perceber os procedimentos de desqualificação, preconceito e discriminação presentes nos processos de exclusão” (SEPULVEDA, ALMEIDA, 2016, p. 166).

Eu me chamo Priscila Vasconcellos Braga, uma mulher cisgênera⁶, lésbica⁷, tenho quarenta e dois anos e dois filhos, Pedro e Gabriel, de onze e seis anos de idade.

Sou professora há vinte e quatro anos de uma rede municipal de ensino do estado do Rio de Janeiro. Atuei, durante esse tempo, como professora da Educação Infantil e alfabetização, coordenadora pedagógica, gestora escolar e, de 2018 até o momento, sou diretora de departamento na Secretaria Municipal de Educação.

Sempre notei falas e posturas conservadoras e fundamentadas em preceitos religiosos de colegas, principalmente em relação às meninas, estudantes LGBTs e

³ Ódio, desprezo, aversão a pessoas que não seguem o padrão heterossexual.

⁴ Aversão, antipatia ou repugnância contra mulheres.

⁵ Comportamentos de indivíduos que são contra a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros.

⁶ Pessoa cuja identidade de gênero coincide com o gênero atribuído no nascimento.

⁷ Mulher que sente atração, sexual ou romântica, por mulheres.



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

famílias com configurações diversas, que não se enquadram aos padrões da “família tradicional brasileira”.

Esses valores conservadores foram declaradamente fortalecidos nos últimos anos no Brasil, a partir de uma agenda imposta pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Sepulveda e Sepulveda (2017, p. 19) afirmam “é importante mencionar que nos momentos em que o conservadorismo do campo político discute temas de ordem moral ou comportamental, ele tende a defender os valores tradicionais”.

Infelizmente não podemos deixar de admitir que muitos/as dos/as profissionais escolares que deveriam ser os/as garantidores/as dos direitos humanos a todas as pessoas que fazem parte da sua comunidade escolar e do processo educativo são os/as primeiros/as a proferirem palavras discriminatórias, preconceituosas, de repulsa, inferiorização e julgamento em relação a grupos minorizados, vulneráveis e tão desprotegidos por não serem considerados como iguais, ou seja, serem desumanizados.

Sepulveda e Sepulveda destacam:

Os processos de exclusão escolar são práticas conservadoras e, como tal, podem causar danos aos processos de formação identitária daqueles que são vitimados por esses processos em função daquilo que lhes é constitutivo. Em geral, a pessoa excluída sente-se discriminada e estigmatizada, o que pode acabar por intervir negativamente na identificação de si própria (SEPULVEDA e SEPULVEDA, 2017, p. 22).

Na minha atual função, lido diretamente com gestores/as escolares, orientadores/as educacionais e professores/as e, ao longo do tempo, fui tendo algumas preocupações no sentido de, muitas vezes, alguns/mas profissionais não demonstrarem respeito e apoio às diferenças no geral, segregando e excluindo aqueles/as que não se enquadram aos padrões sociais pré-estabelecidos e acabam, por esse motivo, sendo tratados/as com desprezo e preconceito.

Ferraro e Ross (2017, p. 9) afirmam que “para resolver o problema da exclusão escolar, não basta colocar todo mundo dentro da escola; há que se transformar a própria escola – a lógica de exclusão que rege o seu funcionamento”.



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

Os autores fazem uma análise à perspectiva da exclusão no Brasil, fazendo a diferenciação entre “exclusão da escola” e “exclusão na escola”. A primeira se refere a uma série de fatores que impossibilitam que a educação chegue para muitos/as brasileiros/as, excluindo-os/as das instituições de ensino e do processo educativo (questões que não aprofundaremos no presente trabalho). Já a segunda, a “exclusão na escola”, destaca-se por ser a exclusão de quem está dentro, inserido/a, mas não contemplado/a, incluído/a de fato.

Ferraro e Ross (2017, p. 21) reforçam ainda que “não basta saber se há excluídos; havendo, é necessário saber quem são eles: de que classe social, gênero, cor/raça, região, geração, religião”. Infelizmente o texto não se aprofunda nas questões de gênero e sexualidade, mas nos provoca a refletir se muitas vezes ações, falas ou procedimentos não estão causando a muitos/as estudantes a exclusão no interior das escolas.

Com base na pesquisa nos/dos/com os cotidianos (ALVES, 2002, 2008), apresento alguns exemplos preocupantes, onde a naturalidade e sutileza dos comentários de profissionais da educação envolvidos/as com alunos/as, famílias e outros/as se mostram perigosas, buscando ainda aliados/as para que as atrocidades da segregação, exclusão, humilhação e desumanização continuem afetando tantas pessoas, que se veem sem voz, sem espaço e sem proteção.

Algumas situações apreendidas pela autora do texto através de falas e comentários de profissionais educacionais:

- 1) Aluna denuncia professor por importunação sexual e quem é julgada moralmente é a estudante, pelas roupas que usa, seu jeito expansivo de ser e por já ter relacionamentos amorosos.
- 2) Profissional educacional é julgada por foto sensual que posta em sua rede social privada, com comentários do tipo: “assim ninguém irá respeitá-la!”.
- 3) Aluna se abre com o professor sobre se sentir em conflito com a sua identidade de gênero e não ter compreensão por parte da família, muito religiosa, sentindo medo da reação dos pais se ela falar sobre o assunto. Profissionais avaliam se não



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

é uma influência do professor, que é gay, e que o mesmo não deveria estar falando sobre esse tipo de coisa em aula.

São inúmeros os casos em que, as palavras de profissionais denunciam os seus julgamentos morais, preconceito e forma ultraconservadora de pensar e, pior, de agir.

Incluo neste relato que em todas as oportunidades sempre me coloquei em defesa de quem estava sendo julgado/a e discriminado/a, porém, esta é uma ação, muitas vezes, solitária. Infelizmente o conservadorismo e o fundamentalismo religioso encontram em todos os lugares adeptos fiéis que se unem, espalham ódio e agressividade à comunidade LGBT e às mulheres, ameaçando constantemente os seus direitos.

METODOLOGIA

Por que é importante considerarmos falas que poderiam ser interpretadas como indefesas, informais ou sem tanta importância? Sepulveda e Almeida (2016) justificam essa análise a partir da explanação do que é a metodologia do paradigma indiciário:

O paradigma indiciário consiste em investigar o que não está à mostra, já que a realidade não se mostra enquanto tal. Situações que muitas vezes são tidas como insignificantes podem expressar muito ao pesquisador, já que são imagens da realidade pesquisada. A leitura dos dados produzidos na pesquisa desenvolvida nos/dos/com os cotidianos não está presente somente nas respostas das entrevistas ou nas observações realizadas; muitas vezes, é no que não é dito e no não presenciado que estão dados importantes (SEPULVEDA, ALMEIDA, 2016, p. 23).

Como destaca Ginzburg (1989, p. 179), referente ao paradigma indiciário, “nesse tipo de conhecimento entram em jogo elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição”. Sua analogia metafórica destaca que os dados marginais, os pequenos gestos são mais importantes do que o que é exposto intencionalmente, de forma planejada e calculada.



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

Sepulveda e Almeida (2016) endossam a escolha da autora do presente artigo em utilizar o paradigma indiciário como recurso, sendo “uma necessidade para a pesquisa nos/dos/com os cotidianos, pois o objeto da vida cotidiana é o mundo social (2016, p. 177).

Desse modo, tanto a metodologia nos/dos/com os cotidianos, quanto o paradigma indiciário de Ginzburg se mostram adequados ao que a pesquisa se propõe: demonstrar preconceitos e discriminações nas atitudes ou falas de profissionais, promovendo a exclusão dentro das escolas de grupos minorizados historicamente, sobretudo o público LGBT e as mulheres.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos casos apresentados as falas foram ditas, porém, de forma extraoficial em conversas informais, em pausas para o cafezinho. Ou seja, elas não retratam as respostas oficiais dadas pelos/as mesmos/as profissionais ao serem entrevistados/as, por exemplo, em questionários do Ministério da Educação ou algum órgão sobre como as questões de gêneros e sexualidades são tratadas e trabalhadas no município.

Isso aponta, a partir de uma leitura feita da realidade cotidiana, que aqueles/as que não se enquadram às expectativas impostas pelos/as profissionais conservadores/as são excluídos/as no interior das escolas, por serem julgados/as, desumanizados/as e humilhados/as.

De acordo com Ginzburg “o pesquisador deve ir à procura de pistas, indícios e sinais, mobilizando todos os seus sentidos, captando uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível” (1989, p. 151). O trabalho exemplifica exclusões, preconceitos e discriminações que mulheres e estudantes com orientação sexual ou identidade de gênero que fujam aos padrões sociais aceitos sofrem através de falas e julgamentos de profissionais educacionais, destacando os comportamentos informais do cotidiano, que podem ser considerados inofensivos, mas que geram exclusões de forma velada, o que preocupa ainda mais, pois naturalizam agressões, humilhações e segregações.



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOSTEMPOS EDUCATIVOS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho propõe ressaltar a importância de combatermos todas as atitudes preconceituosas e discriminatórias que testemunharmos, cerceando pequenas falas, antes delas eclodirem em movimentos ou comportamentos descontrolados e mais agressivos ainda.

A pesquisa sugere enfrentarmos o preconceito enquanto manifestações pequenas, corriqueiras, em tom de brincadeira, pois elas desmascaram o ódio existente e que, muitas vezes, está camuflado em ações e comportamentos aparentemente benevolentes ou tolerantes.

Como conclusão final, o presente estudo indica que devemos enfrentar o preconceito na sua forma inicial. Não podemos ser omissos ou complacentes, pois assim colaboraríamos com a exclusão, além de darmos forças aos/às agressores/as e não aos segregados e desumanizados.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho – o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa & ALVES, Nilda. Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes e saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ALVES, Nilda. Sobre os movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa & ALVES, Nilda. Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

FERRARO, Alceu Ravanello; ROSS, Steven Dutt. Diagnóstico da escolarização no Brasil na perspectiva da exclusão escolar. Revista Brasileira de Educação. V. 22, n. 71. E227164 2017.

GINBURG, Carlo. Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história. Tradução Federico Carotti, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.



REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

MACEDO, Elizabeth. A educação e a urgência de “desbarbarizar” o mundo. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 1101-1122, jul./set. 2019.

SEPULVEDA, Denize; ALMEIDA, Adriana de. Algumas experiências tecidas com as pesquisas nos/dos/com os cotidianos das escolas. *Momento*, ISSSN 0102-2717, v. 25, n. 1, p. 155-186, jan./jun. 2016.

SEPULVEDA, Denize; CORRÊA, Renan; FREIRE, Priscila. *Gêneros e Sexualidades* [livro eletrônico]: noções, símbolos e datas. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Dos Autores, 2021.

SEPULVEDA, Denize; SEPULVEDA, José Antonio. Práticas conservadoras: suas influências nas tessituras identitárias de gêneros e sexualidades. *Periferia, Educação, Cultura & Comunicação*. V. 9, n. 2, jul-dez, 2017.